



Informativo Semanal

Ano 15 - Nº 617 - Semana de 30/03 a 05/04/2011

EDITORIAL

A força das mulheres contra a fome(*)

Não constitui exclusividade brasileira a triste evidência de que a exclusão tem rosto e gênero e pode ser personificada na figura de uma mulher pobre, de baixa escolaridade, trabalhadora rural. O que nem sempre é lembrado é que a redenção desse símbolo da desigualdade pode significar, também, a redenção de um pedaço expressivo da fome, tornando a superação das discriminações de gênero no acesso à terra, ao crédito e a insumos uma das prioridades da luta pela segurança alimentar em nosso tempo.

O alcance dessa agenda não pode ser subestimado.

Nos países pobres e em desenvolvimento, 43% da força de trabalho agrícola é formada por mulheres. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) acaba de demonstrar na edição 2010-2011 de sua publicação "O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação" que as restrições de gênero provocam uma produtividade de 20% a 30% menor nas lavouras sob controle feminino, em comparação com áreas equivalentes sob comando masculino.

A igualdade de acesso à terra, insumos e crédito poderia elevar a oferta de alimentos em até 4%, tirando de uma condição de subnutrição de 100 milhões a 150 milhões de pessoas, num universo de quase um bilhão de famintos. Fechar o abismo de gênero traria desdobramentos ainda mais expressivos em economias asiáticas e africanas, onde se entrecruzam as manchas de fome mais densas do planeta e, não por acaso, as demografias femininas mais significativas da agricultura.

Enquanto na América Latina e Caribe a participação feminina na mão-de-obra agrícola é da ordem de 20%, na Costa do Marfim já atinge 36%; bate em 60% no Lesoto, Moçambique e Serra Leoa, sendo superlativa em praticamente toda a África subsaariana. Em muitos casos, tal hegemonia espelha o saldo de conflitos e doenças, como o HIV, ademais do êxodo maciço da força de trabalho masculina.

Razões migratórias distintas, decorrentes sobretudo da aceleração do ciclo industrial, têm peso significativo na China, onde a mulher representa 48% da mão-de-obra rural com viés ascendente. No Vietnã, quase 50% da produção de arroz, uma das mais importantes do mundo, tem por trás mãos femininas.

A igualdade de acesso à terra, insumos e crédito poderia elevar a oferta de alimentos em até 4%, tirando de uma condição de subnutrição de 100 a 150 milhões de pessoas num universo de quase um bilhão de famintos, especialmente na Ásia e África.

Independente da latitude, as produtoras rurais têm menor acesso à terra, a sementes, fertilizantes, ferramentas, tecnologia, extensão e crédito. O desequilíbrio se reproduz no controle das criações que representam 40% da renda no campo. Em todo o mundo, aproximadamente, 400 milhões de mulheres agregam o cuidado dos rebanhos aos afazeres domésticos, que incluem a responsabilidade pelos filhos e a alimentação, bem como a de assegurar o suprimento de lenha para o fogo e água limpa para consumo.

A discriminação de gênero gera paradoxos desconcertantes. À medida que a demanda por proteína

A igualdade de acesso à terra, insumos e crédito poderia elevar a oferta de alimentos em até 4%, tirando de uma condição de subnutrição de 100 a 150 milhões de pessoas num universo de quase um bilhão de famintos, especialmente na Ásia e África

EDITORIAL

↳ A força das mulheres contra a fome

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 03

PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

FIQUE SABENDO

↳ Ministério da agricultura garante recursos para o combate à febre aftosa

↳ Um novo consumidor

↳ CNA defende solução dos problemas de logística para melhorar renda do produtor

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Presidente da CNA defende mudança nos critérios de avaliação dos índices de produtividade

■ Página 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 29/03/11

■ Página 06



Nº 617

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: FLÁVIO VIRIATO DE SABOYA NETO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo:

Setor Público

Paulo Amílcar Proença Sucupira - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos

Francisco Zuza de Oliveira - ADECE

João Hélio Torres D'Ávila - UFC

Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical

José Alves Teixeira - BNB

Setor Privado

Adilson Carneiro - C.S. Leite

Nilton Assunção - C.S. Fruticultura

Antonio Lucio Carneiro - C.S. Caju

Carlos Prado - ITAUEIRA AGROPECUÁRIA

Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão

Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba

Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal

Francisco Férrer Bezerra - FIEC

Gilson Gondim - C.S. Flores

João Nicélio Alves Nogueira - OCB/CE

João Teixeira Júnior - UNIVALE

José Vandi Matias Gadelha - C.S. Mel

Luiz Prata Girão - BETÂNIA

Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE

Secretária:

Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota

Kamylla Costa De Andrade

Editoração Digital:

Brunno Carvalho

Taquigrafia:

Irlana Gurgel

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A



CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE.**

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100

Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

EDITORIAL (continuação)

animal cresce no planeta e os pequenos rebanhos dão lugar a criações intensivas as titulares tradicionais são preteridas. Se tivessem acesso a linhas de crédito específicas para expandir seu próprio criatório - bovino, suíno ou a piscicultura - esse deslocamento seria, significativamente, menor.

A transição alimentar, ao mesmo tempo, abre uma janela de oportunidade à construção um novo estatuto de gênero no campo. Um leque cada vez mais variado de verduras e frutas frescas, mas também de carnes especiais, peixes, temperos e vegetais semipreparados atende à sofisticação do consumo urbano atualmente, indo ao encontro das aptidões femininas para reafirmar a urgência da democratização de direitos e oportunidades.

Entre as barreiras a serem superadas, uma das mais importantes é a extensão rural. Estudos anteriores da FAO (1988/89) em 97 países demonstraram então que apenas, 5% da assistência técnica, era dirigida às mulheres que, por sua vez, representavam apenas 15% dos extensionistas.

Embora desvalorizadas, elas desempenham papel cada vez mais relevante nas decisões comerciais, sendo o personagem oculto por trás das análises de contratos e compromissos de compra e venda assinados pelos seus companheiros. No Brasil, desde a criação do Fome Zero, em 2003, os programas de transferência de renda associaram

o seu sucesso à essa aptidão administrativa, dando o cartão de benefícios à mulher da família.

Hoje, 93% dos repasses do Bolsa Família têm a mulher como titular. Idêntica percepção incentivou a criação do Pronaf-Mulher na área do crédito agrícola e canalizou às agricultoras volumes crescentes (24% atualmente) dos recursos destinados à aquisição de safra da produção familiar. A titulação conjunta da terra, obrigatória na política agrária brasileira, é outra conquista exemplar, a contrapelo da discriminação. Precede a essas decisões uma providência ao mesmo tempo simples e crucial: promover a documentação da agricultora, inclusive seu credenciamento comercial, para que possa, de fato, assumir as rédeas do seu negócio.

Num mundo de especulação financeira e eventos climáticos extremos, muitas vezes impermeáveis à ação local, superar a desigualdade de gênero nas políticas agrícolas não pode ser visto como um fardo. A força da mulher na luta contra a fome constitui um trunfo adormecido cujo despertar não pode mais ser adiado.

() José Graziano da Silva está licenciado do cargo de Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe*



XV SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA XV FEIRA DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

13 a 16 de Junho - Centro de Convenções do Ceará - Fortaleza/CE

PECUÁRIA - O AGRONEGÓCIO DO SEMIÁRIDO

ORGANIZAÇÃO

FAEC Fones (85) 3535.8000
3535.8009/3535.8021
pecnordeste@faec.org.br

PRÁTICA EVENTOS Fones (85) 3433.7684/3433.7685
praticaeventos@praticanet.com.br

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO

FAEC Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará

CNA Brasil Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEBRAE CE

Exposição: A ExpoZebu, considerada a maior mostra de zebuínos do mundo e que tem como empresa promotora a ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, será realizada de 28 de abril a 10 de maio, no Parque Fernando Costa, em Uberaba (MG). A disputa pelos grandes campeonatos da feira será de 4 a 10 de maio. Já a competição do Concurso Leiteiro vai de 3 a 6 de maio. Além dos julgamentos, a ExpoZebu contará, em sua programação, com leilões, shoppings de animais, palestras, encontros políticos, cursos, mostras culturais, atividades socioeducativas, shows, entre outros eventos. Informações: telefone: (34) 3319-3900; site: www.expozebu.com.br e e-mail: abcz@abcz.org.br

Seminário: o INOVA 2011 – VII Seminário de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste ocorrerá de 20 a 22 de junho de 2011, no Centro de Convenções do Ceará. O evento acontecerá em paralelo à XI Conferência Anpei de Inovação Tecnológica. O INOVA 2011 é uma realização da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, Confederação Nacional da Indústria – CNI, por meio do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará – INDI. Passado o cenário da crise mundial, com a retomada do crescimento econômico, o tema deste ano estará focado em debater a utilização da inovação tecnológica nas empresas que apostarem e estiverem envolvidas em investimentos para Copa de 2014. O debate também destacará a temática da Sustentabilidade, esclarecendo que os investimentos deverão proporcionar qualidade de vida à população e, em paralelo, a preservação da natureza. Um dos principais objetivos do evento é reunir instituições governamentais, empresas e a academia, para promover o intercâmbio de ideias, o conhecimento e estimular o fechamento de parcerias. Além de promover a “cultura da inovação” no cotidiano das empresas e expor produtos, serviços e processos. Informações: telefones (85) 3421-5404 (Indi) / (85) 3261-1111 (Ikone eventos); site www.seminarioinova.com.br

Fique Sabendo

Ministério da Agricultura garante recursos para o combate à febre aftosa

Apesar do corte de 51% no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministro Wagner Rossi garantiu ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima), Cláudio Azevedo, que não haverá redução no repasse de R\$ 2,4 milhões para o combate à febre aftosa no Maranhão.

Cláudio Azevedo, que estava acompanhado do secretário-adjunto da Sagrima, Raimundo Coelho, teve a confirmação de que o repasse dos recursos será mantido durante reunião dos Secretários de Agricultura do Nordeste com o Ministro Wagner Rossi. O encontro aconteceu, em Brasília, no gabinete do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os recursos foram garantidos também para outros seis estados do Nordeste e o leste do Pará, que também são classificados como zona de médio risco contra a febre aftosa. O investimento tem como objetivo auxiliar os estados no

cumprimento das metas acordadas com o Ministério para que, juntos, sejam reconhecidos nacionalmente como zona livre de febre aftosa, o que deve acontecer até o fim deste ano.

A previsão é de que em maio de 2012, esta certificação seja feita internacionalmente pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

O Secretário Cláudio Azevedo informou que durante a reunião o Ministro Wagner Rossi solicitou aos secretários que conversassem com os governadores de seus respectivos estados sobre a necessidade do empenho também do governo estadual. “Já tínhamos conversado com os Secretários da Casa Civil e do Planejamento, que nos garantiram que o Estado contribuirá com a contrapartida dos recursos. Também iremos reforçar as ações de fiscalização, atualização do cadastro de propriedades, cobertura vacinal e controle do trânsito de animais”, afirmou ele.

Também participou da reunião com o Ministro Wagner Rossi, o Secretário de Defesa Agropecuária do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Francisco Sérgio Ferreira Jardim, que esteve em São Luís prestigiando a solenidade de posse do novo Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA), Fernando Lima.

Ações – Para Fernando Lima, os recursos vão contribuir muito para as ações de combate à febre aftosa. “Os recursos do convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão utilizados na vigilância epidemiológica com visita às propriedades rurais, reforço da estrutura de atenção veterinária dos escritórios regionais e locais da Aged e também na fiscalização realizada pelas barreiras zootossanitárias fixas e volantes”, explicou ele.

Atualmente, o Maranhão é classificado como zona de médio risco contra a febre aftosa, o que restringe a comercialização e a participação do gado em feiras agropecuárias.

PRODUTOR RURAL:

Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

Um novo consumidor



Os constantes reajustes nos preços da carne bovina no mercado

brasileiro e internacional poderiam fazer a felicidade dos produtores de suínos e de frangos, caso seus custos não estivessem comprometidos pelo disparo da soja e do milho. Embora as pesquisas dos órgãos oficiais não tenham

ainda detectado o aumento considerável do consumo interno dessas duas variedades de carnes, o varejo já percebeu que o preço está estimulando o consumo de aves e suínos.

Há, porém, outros fatores, além do preço da carne bovina, influenciando essa mudança de comportamento do consumidor brasileiro. As exportações foram reduzidas por países tradicionalmente clientes, como a Rússia em relação a suínos. Assim,

ocorreu uma conjuntura dos preços altos dos bovinos e excesso de carne suína, forçando a baixa dos preços.

Há que se considerar entre os fatores mercadológicos o fato de que o País ganhou um novo grupo de consumidores formado pelas classes C e D, diz o médico veterinário do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Fabrício Monteiro, o que é comprovado por Sandro Luiz Tremea, coordenador do projeto "Leitão Ideal" do Frigorífico Aurora, que destina 85% de sua produção ao mercado interno. "Há um evidente aquecimento no consumo de carne suína, em razão do preço", diz.

CNA defende solução dos problemas de logística para melhorar renda do produtor

A melhoria da renda do produtor rural depende, entre outros fatores, da solução dos problemas de logística, um dos gargalos que impedem o avanço ainda maior do setor agropecuário do País. A avaliação é do vice-presidente executivo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Ramos Torres de Melo Filho. "Nosso principal problema é da porteira para fora", afirmou.

Em reunião na sede da CNA para discutir as prioridades da CNA, para o ano de 2011, foram apresentados dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) que mostram os prejuízos que o produtor tem em função das deficiências logísticas. Em média, os produtores de soja gastam R\$ 5 por saca de soja com transporte. Se a região produtora estiver longe dos portos de


exportação, esse valor chega a R\$ 10 por saca.


Solucionar os problemas é condição para confirmar o potencial do Brasil, País que, segundo especialistas, será o maior fornecedor mundial de alimentos num período de 10 anos. Hoje, o País ocupa a segunda posição na lista dos principais fornecedores mundiais de comida.

Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) mostram que a produção mundial de soja será de 258 milhões de toneladas na safra 2010/2011. O consumo, no mesmo período, será de 256 milhões de toneladas. A participação do Brasil nesse mercado é significativa. O consultor de logística e infraestrutura da CNA, Luiz Antônio Fayet, acrescentou que o Brasil detém 1/3 do mercado mundial de soja.



O consultor lembrou, ainda, que há 40 anos o Brasil era importador de alimentos e que hoje o País produz para abastecer o mercado interno e atender à crescente demanda mundial por alimento. Apesar da mudança, não houve uma atualização do modelo de logística para escoamento da produção.

 **Consumo de carne suína aumenta em 2010:** O consumo de carne suína no Brasil aumentou em 2010, passando de 13 quilos para 14 quilos per capita. Com este resultado, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS) atinge 50% da meta estabelecida no lançamento do projeto, em 2009, de ampliar o consumo per capita para 15 quilos/ano até 2012. O dado foi apresentado em Brasília, durante reunião do Conselho Consultivo do PNDS, desenvolvido em parceria pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e associações estaduais de suinocultores. Para o Presidente da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA e da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), Renato Simplicio Lopes, parte desse resultado é atribuído ao trabalho feito nos Estados para estimular o consumo do produto. Outro fator que contribuiu para o aumento foi a alta do preço da carne bovina, que fez o consumidor optar por outros tipos de carne, como a suína e a de aves.

 **Hortalças:** A rúcula (*Eruca sativa*) é uma hortalça muito utilizada em saladas, com um sabor característico e que está cada vez mais sendo consumida no Brasil. É uma planta anual, da família das brassicáceas, que chega a medir 12cm de altura. Suas folhas são espessas, podendo apresentar a coloração verde-clara ou um verde-arroxeadado. O plantio é feito o ano inteiro, em regiões de clima ameno, pois é neste tipo de clima que a rúcula se desenvolve melhor. Em regiões que apresentem um clima mais quente, principalmente no verão, o plantio deve ser feito de março a agosto. O solo deve ser preparado para o plantio, dez dias antes, utilizando-se cerca de 10kg, por metro quadrado, de esterco curtido de curral. Os sulcos devem ter um espaçamento de 30cm, sendo utilizado 1g de sementes por metro quadrado. A colheita é realizada de 30 a 40 dias depois da sementeação, quando, então, as folhas devem ser cortadas bem rente ao solo ou quando é feito o arrancamento completo da planta. Em alguns casos, são feitos cortes diferenciados, quando se completa cerca de 20 dias que foi feito o primeiro corte, antes mesmo do florescimento.

Notícia da CNA

Presidente da CNA defende mudança nos critérios de avaliação dos índices de produtividade

A Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 107/11, de sua autoria, que propõe mudanças nos critérios de avaliação dos índices de produtividade da terra. O ponto principal da proposta, protocolada na Mesa Diretora da Casa, é o fim da exigência imposta ao produtor rural de cumprir, simultaneamente, o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). Estes dois indicadores estão previstos na Lei Agrária (8.629/93) e devem ser atendidos ao mesmo tempo para evitar que a propriedade rural seja classificada como improdutivo e desapropriada para fins de reforma agrária. Pelas regras atuais, o GUT deve ser de pelo menos 80%, e o GEE, igual ou superior a 100%.

Ao propor o fim desta exigência, a presidente da CNA apontou inconstitucionalidades na Lei Agrária, publicada há 18 anos sob pretexto de se regulamentar artigos da Constituição Federal que falam da reforma agrária. Entretanto, a senadora Kátia Abreu ressaltou que a norma fere o direito de propriedade

e a livre iniciativa ao exigir esses índices. Para justificar a apresentação da matéria, a presidente da CNA constatou, ainda, que a Lei Agrária, ao exigir o cumprimento simultâneo do GUT e do GEE, mistura os conceitos de aproveitamento racional e adequado da terra com o de propriedade produtiva. "São conceitos que não se misturam", afirmou. Na proposição de sua autoria, o GEE deve ser o único critério para avaliar se a fazenda é ou não produtiva, enquanto o GUT deve ser utilizado apenas para o cumprimento da função social da propriedade. Desta forma, o PLS pretende alterar os artigos 6º e 9º da lei hoje vigente.

Na sua avaliação, a renda do produtor rural também deve ser levada em conta no cálculo dos índices de produtividade, o que não está previsto atualmente. "Se um produtor decidir pela redução da produção e da sua área plantada, por uma questão estratégica de mercado, ele corre o risco de ser desapropriado", disse. "De nada adiante aumentar a produção e a produtividade se não há o correspondente mercado consumidor. Um produtor rural não pode ser vítima de uma desapropriação pelo fato de não poder vender o seu produto para

um mercado recessivo em momentos de crise. Não há essa exigência para outros setores da economia", reforçou. Pelas regras que valem hoje, uma fazenda com GUT inferior a 80% pode ser considerada improdutivo, mesmo com o GEE superior a 100%, justamente por não cumprir um dos requisitos exigidos.

Outra alteração proposta no PLS é do artigo 11 da Lei Agrária. O dispositivo do projeto prevê que os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade sejam ajustados levando em conta, também, os custos de produção e os níveis de renda do produtor rural, e mediante lei. Pelas regras atuais, a correção é feita levando em conta apenas o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), depois de consultar o Conselho Nacional de Política Agrícola. A tramitação da matéria deve começar pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado em decisão terminativa, ou seja, depois de aprovada na CRA irá para a votação em Plenário.

Resumo da reunião de 29 de março de 2011

Tema: Projeto Balde Cheio – Uma alternativa para o Ceará

Palestrante: Samer Ramos Monteiro Rodrigues, Consultor da Pecuária Intensiva Consultoria e Treinamento Ltda.



O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu a reunião, compôs a mesa e passou a palavra ao Sr. Germano Bluhm que fez uma introdução sobre a palestra e agradeceu às parcerias da FAEC, SENAR, OCB e outras. Disse que as bacias leiteiras do Sertão Central e do Baixo Jaguaribe seriam as primeiras a ser contempladas com o projeto. O Sr. Coordenador passou a palavra ao palestrante, que iniciou agradecendo a oportunidade e projetando um vídeo sobre a transferência de tecnologia para extensionistas e produtores de leite, cujos objetivos eram: atualização de todos os participantes sobre conceitos da produção intensiva de leite; utilização de uma propriedade leiteira de pequeno porte (UD) como: sala de aula prática e exemplo para visitantes e o desenvolvimento de novas pesquisas. Enumerou as obrigações do produtor: fazer exames de brucelose e de tuberculose; permitir visitas à sua propriedade; executar sempre o que for combinado; fazer anotações: Climáticas – chuvas e temperaturas máxima e mínima; Financeiras – despesas e receitas; Zootécnicas – parições, coberturas e controle leiteiro. Os direitos do produtor: ser assistido pelo extensionista com, no mínimo, uma visita mensal e sair do projeto a qualquer momento. Obrigações do extensionista: aplicar questionário diagnóstico, providenciar pluviômetro e termômetro máxima e mínima, visitar à UD, pelo menos, uma vez ao mês, cobrar a execução do combinado, orientar o produtor no preenchimento das planilhas

climáticas, financeiras e zootécnicas. Direitos do extensionista: receber a visita quadrimestral de um técnico capacitado pelo Projeto Balde Cheio e sair do projeto a qualquer momento. Informou que o projeto tinha duração de quatro anos, explicou no que se baseava a transferência para produtores e extensionistas, mostrou no mapa a região de atuação, bem como os resultados obtidos em outros lugares, onde o projeto foi aplicado nos Estados do RN, PB, PE e AL. Explicou, ainda, a função sustentável do projeto: intensificar o uso racional da terra, gerar renda, conservar o ambiente e cumprir a lei ambiental. Função social do projeto: acreditar na atividade, valorizar o trabalho, melhorar o padrão de vida e permanecer no campo. Finalizou deixando seus contatos: samer.rodrigues@hotmail.com, fone (83) 9137-3007.

Debates

O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu os debates, no qual se manifestaram: Sr. Luiz Girão, que falou de sua experiência na produção de leite, sobre a importância da tecnologia e sobre a possibilidade de produção de feno. Perguntou se existia um sistema de produção para a sobrevivência do produtor em locais do Estado do Ceará onde existiam dificuldades como, a água ser salgada. O Sr. Eduardo Queiroz falou sobre como a palma vinha sendo administrada aos rebanhos. Divulgou que, a partir do Programa Alimento Seguro, PAS Leite, conseguiram que a Bethânia oferecesse um bônus ao produtor, pela qualidade do leite. O Sr. Germano Bluhm perguntou sobre a tutoria pela Embrapa e o que o SEBRAE poderia fazer nessa relação. O Sr. palestrante fez algumas considerações, entre elas, sobre as técnicas de produção irrigada de palma; que a taxa de lotação era o número de animais dividido pela área de produção de volumoso. Disse que em Alagoas, o pessoal do PAS será o mesmo do Projeto Balde Cheio; que

o produtor só vai primar pela qualidade do leite, quando ele for remunerado por aquilo. No segundo bloco de perguntas, o Sr. Francisco Zuza fez inúmeras considerações, entre elas, que metodologias não podiam ser patenteadas e que a Embrapa cumpriu o seu papel; que pecuária no semiárido tinha características específicas; Perguntou sobre os custos. O Sr. Raimundo Reis falou da importância de garimpar novas parcerias e da oportunidade do Projeto Balde Cheio haver chegado ao Ceará, porque a cadeia produtiva do leite estava já com uma certa maturidade. O Sr. José Sobrinho falou sobre a palma, que só existia depois da barragem de Quixeramobim, por conta da altitude e, nas bacias leiteiras do Ceará, não tinha a altitude necessária. O Sr. palestrante respondeu que os custos variavam muito; que cada um lutaria para conseguir parcerias que proporcionassem o necessário à produção; que o importante era ter o técnico. Houve algumas argumentações entre o palestrante e o Sr. Luiz Girão, além de o Sr. João Nicélio haver parabenizado, principalmente, a iniciativa privada pelo incentivo ao projeto. Perguntou como era a organização do pequeno produtor nos outros Estados. O Sr. Márcio disse que a palma forrageira era produzida em qualquer altitude e o problema era apenas de temperatura. O Sr. palestrante ainda forneceu algumas respostas, fez as considerações finais. O Sr. Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



